

MANIFESTO

Clima Estável
Património Comum da Humanidade

Manifesto
Brasil-UE

“Uma árvore em pé vale mais do que toneladas de madeira extraídas ilegalmente por aqueles que pensam apenas no lucro fácil, às custas da deterioração da vida na Terra.” - Luiz Inácio Lula da Silva

Clima Estável Património Comum da Humanidade

A vitória de Lula da Silva e o regresso do Brasil ao seu lugar indispensável na política internacional criam condições favoráveis para, a partir da questão ambiental/climática, construir uma resposta capaz, com efeitos de cascata nas mais variadas áreas, assente num multilateralismo eficaz.

Esta convicção decorre do discurso do novo Presidente do Brasil, no discurso da sua vitória na eleição deste ano, onde afirmou de forma enfática o seu compromisso com a agenda ecológica – “o Brasil e o planeta precisam de uma Amazônia viva” – ao mesmo tempo que afirmava a sua vontade de retomar as relações com “a União Europeia em novas bases”.

Estas afirmações convergem com a visão da União Europeia, que tem afirmado que a Ecologia é uma questão estratégica e que as mudanças climáticas são uma ameaça existencial.

A política de desmatamento da Amazônia desenvolvida durante os últimos anos foi o argumento utilizado pelos Governos europeus para travarem a ratificação do acordo União Europeia-Mercosul, concluído em Junho de 2019.

É nossa convicção que, a partir da tomada de posse do Presidente Lula, a 1 de Janeiro de 2023, se deveriam retomar as conversações entre a União Europeia e o Brasil, com vista à formação de uma parceria estratégica por um ambiente sustentável, que deveriam relançar também a renegociação do acordo UE-Mercosul, a partir das preocupações manifestadas dos dois lados do Atlântico. Estas negociações são ainda mais importantes no novo contexto de ausência de resultados satisfatórios da COP 27, que demonstraram até que ponto o “business as usual” já não é a resposta adequada para enfrentar as ameaças ambientais e a biodiversidade, que põem em risco os sistemas de suporte à vida na Terra, quer em termos de redução de emissões, quer no abandono dos combustíveis fósseis. No entanto, o acordo que foi alcançado em matéria de perdas e danos no final desta cimeira, reivindicado pelos países em desenvolvimento há mais de 30 anos, acabou por ser relevante para construção da justiça climática que pode ser um ponto de partida para um novo enquadramento das relações da União Europeia e os países do Hemisfério Sul.

A parceria estratégica entre a EU e o Brasil tendo o espaço mais vasto do Mercosul como horizonte, oferece a perspectiva de um multilateralismo renovado que privilegia as relações inter-regionais, num quadro internacional caracterizado por um enfraquecimento do multilateralismo, agravado pelas crises graves que se têm sucedido.

Num mundo onde são chamados a ter um papel importante não só os Estados (grandes, pequenos ou médios), como os espaços de cooperação e de integração regional, um novo multilateralismo eficaz, inclusivo, que tenha em consideração o carácter policêntrico do sistema internacional, é absolutamente essencial. As organizações da sociedade civil e os jovens ativistas do clima devem ser reconhecidos como atores importantes de um multilateralismo inclusivo e as suas preocupações com o impacto das crises climáticas sobre as comunidades socialmente discriminadas tomadas plenamente em consideração.

A parceria estratégica UE-Brasil/Mercosul para o Clima Estável como Património Comum da Humanidade deveria ser construída à volta de quatro prioridades:

1. Definir a defesa do ambiente e biodiversidade como orientação estratégica das suas relações

O acordo EU-Mercosul, de 2019, não oferece garantias suficientes de cumprimento das normas e metas ambientais e sanitárias, como tem sido sublinhado. A União Europeia e o Brasil deviam fazer do objetivo de cumprir os Acordos de Paris uma condicionalidade dos seus acordos bilaterais e das suas relações inter-regionais.

Essa nova orientação estratégica deveria ser objeto de um anexo ao acordo UE-MERCOSUL, fazendo-o evoluir de uma parceria essencialmente comercial para uma parceria que coloca o objetivo do Clima Estável no centro das relações bi-regionais. O acordo UE- Mercosul seria assim ratificado juntamente com o anexo, que tornaria vinculativa a sua componente ambiental, estabelecendo parâmetros e metas em todas as áreas nele abrangidas. Isso seria mais credível, aos olhos das opiniões públicas, dado que clarificaria as cláusulas ambientais. Ao mesmo tempo, dever-se-ia garantir que elas não são um meio para a imposição de discriminações arbitrárias ou injustificadas no comércio entre as duas regiões.

Nestas condições, as objeções levantadas à ratificação do acordo entre a União Europeia e o Mercosul, apesar das pressões de grupos de interesses sectoriais, deixariam de fazer sentido político.

2. Uma nova estratégia para cumprir os objetivos de Paris

Para que os acordos de Paris sejam cumpridos é preciso reconhecer os limites de uma estratégia que se limita a evitar/mitigar/neutralizar emissões, mantendo o mesmo modelo económico em que só através da destruição e extracção de recursos se reconhece a criação de riqueza na sociedade e que hoje cria mais problemas do que os que consegue resolver. Esta estratégia tem-se mostrado claramente insuficiente, sendo assumido que o planeta já aqueceu 1,2°C, em relação ao período pré-industrial , e que com as políticas atualmente existentes poderemos atingir os 2,8°C no final do século. Se as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) forem cumpridas, poderemos atingir os 2,6°C, muito acima do objetivo de variação entre 1,5°C-2,0°C do Acordo de Paris. Os últimos relatórios do IPCC indicam que só através da remoção de CO₂ da atmosfera em larga escala, será possível atingir os objetivos de Paris e evitar consequências catastróficas.

É, pois, urgente criar um sistema que compense os que contribuem para a remoção de CO₂, assente numa economia capaz de cuidar/restaurar/regenerar/manter ativamente um Clima Estável.

É preciso criar um enquadramento legal, assente num sistema de contabilidade ambiental, que permita avançar rapidamente para o objetivo de limpar a atmosfera, incentivando e compensando a realização de emissões negativas. Isto consegue-se através da remoção de CO₂ da atmosfera para benefício de toda a Humanidade. Este avanço criaria igualmente incentivos para elevar a redução de emissões para os níveis que todos os relatórios apontam como necessários e urgentes.

3. Criar um fundo UE-Mercosul para a floresta

Recuperar e manter um Clima Estável implica a manutenção dos ecossistemas ainda preservados e um investimento em larga escala no restauro e regeneração das áreas já degradadas. O objectivo é iniciar o processo de limpeza da atmosfera (emissões negativas) e de provisão de outros serviços ecossistémicos da maior relevância para a manutenção de um Clima Estável, como é o caso das florestas tropicais, em que o papel da Amazónia é central. A criação de um fundo UE/Brasil-Mercosul teria como objetivo remunerar os serviços dos ecossistemas e contribuir para a preservação, recuperação e ampliação da floresta. Este fundo deveria contribuir para a revitalização da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazónica). Teria também como objetivo o apoio a projetos de investigação científica no domínio da floresta.

4. O Clima estável como Património Comum da Humanidade

Um objetivo prioritário deve ser o reconhecimento do Clima Estável como Património Comum da Humanidade, através de um tratado internacional envolvendo todos os membros das Nações Unidas e as relevantes organizações de cooperação regional e inter-regional.

O primeiro passo seria o definir esse bem comum - Clima Estável - a partir dos instrumentos científicos já existentes, os chamados “Limites do Planeta”, compostos por uma combinação de variáveis (muito além do CO₂), relações e parâmetros que, em conjunto, descrevem o funcionamento do Sistema Terrestre e os limites à degradação desses processos – **o Espaço de Operação Segura para a Humanidade**. Com base neste instrumento seria possível definir o Clima Estável como Património Comum e internalizar, não só os custos, mas também os benefícios, permitindo desta forma construir uma economia de restauro e manutenção do bem comum.

Com isso, as negociações climáticas deixariam de ser um jogo de soma negativa entre países poluidores, em que cada um tenta fazer menos emissões mantendo os mesmos conceitos de criação de riqueza, para passar a ser uma cooperação positiva, garantindo as compensações devidas a todos aqueles que contribuem para a sustentabilidade do clima e asseguram o bom funcionamento do Sistema Terrestre.

Signatários confirmados do Manifesto Brasil/EU Clima Património

Alexandre Quintanilha – Professor Universidade do Porto e Deputado Portugal

Álvaro Vasconcelos – Ex-Diretor do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia e fundador do Forum Demos

André dos Santos Oliveira – Youth4Climatejustice-14 anos, Autor processo Tribunal Europeu de Direitos Humanos

Andreia Galvão – Greve Climática Estudantil, Portugal

Carlos Nobre – Professor, investigador sénior IEA da Universidade de São Paulo e membro da Royal Society.

Carlos Pimenta – Ex-Secretário de Estado Portugal e Eurodeputado

Celso Lafer – Professor Emérito da USP e Ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil (1992; 2001-2002)

Érica Liberato – Zero Waste Youth Portugal, Brasil

Fátima Vieira – Professora, Vice-Reitora Universidade do Porto

Felipe Augusto de Oliveira – Vice-Presidente Youth Climate Leaders, Brasil

Francisco Ferreira – Professor Universidade Nova de Lisboa e Presidente ONG Zero

Francisco Seixas Da Costa – Ex-Secretário de Estado Portugal e Embaixador

Filipe Duarte Santos – Professor Universidade de Lisboa e Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável - CNADS

Guilherme de Oliveira Martins – Ex-Ministro da Educação Portugal e Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian

Helena Freitas – Professora Universidade de Coimbra e ex-Deputada

Isabel Valente – Professora Universidade de Coimbra

Izabella Teixeira – Ex-Ministra Ambiente Brasil, Co-Chair International Resource Panel UNEP

João Alberto Alves Amorim – Professor Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Joana Vasconcelos – Artista Plástica/ Portugal

José Luís da Cruz Vilaça – Ex-Juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia

Lídia Jorge – Escritora, Portugal

Luís Braga da Cruz – Ex-Ministro da Economia Portugal, Presidente da Associação das Florestas de Portugal, Conselheira do CNADS

Luísa Schmidt – Investigadora Universidade de Lisboa

Maria Herminia de Almeida – Professora Ciência Política, Universidade de São Paulo

Maria João Rodrigues – Ex-Ministra do Trabalho de Portugal e Presidente Fundação Europeia para os Estudos Progressistas (FEPS)

Milton Hatoum – Escritor, Brasil

Mikaelle Farias Fernandes da Silva – Jovem ativista Fridays For Future/Brasil

Miguel Sousa Tavares – Escritor, Portugal

Manuel Moraes de Almeida – Professor Universidade Católica de Pernambuco, Cátedra Unesco

Paulo Magalhães – Investigador CIJ Universidade do Porto e Presidente Casa Comum da Humanidade, Conselheiro do CNADS

Pedro Dallari – Professor Universidade São Paulo, Diretor do IRI e Coordenador do Centro Ibero-americano (CIBA-USP)

Renato Janine Ribeiro – Ex-Ministro da Educação Brasil e Presidente Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Ricardo Abramovay – Professor Universidade de São Paulo

Rubens Ricupero – Ex-Ministro Brasil e Presidente Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

Rui Reininho – Músico, Portugal

Sérgio Godinho – Músico, Portugal

Sofia Isabel dos Santos Oliveira – Youth4Climatejustice- 17 anos, Autora processo Tribunal Europeu de Direitos Humanos

Sofia Pereira Barbeiro – Youth Climate Leaders, Portugal

Tainara Kabenba – Jovem Indígena Ativista Ambiental, Brasil

Telma Marques Taurepang – Secretária do Movimento de Mulheres Indígenas do CIR, povo Taurepang

Teresa Andersen – Professora Universidade do Porto e perita de Portugal na Comissão Permanente do Património Mundial da UNESCO

Valter Hugo Mãe – Escritor, Portugal

Viriato Soromenho-Marques – Professor Universidade de Lisboa

William Hawkey – Jovem Ativista Fim ao Fóssil, Portugal

Zézé Motta – Atriz, Brasil